

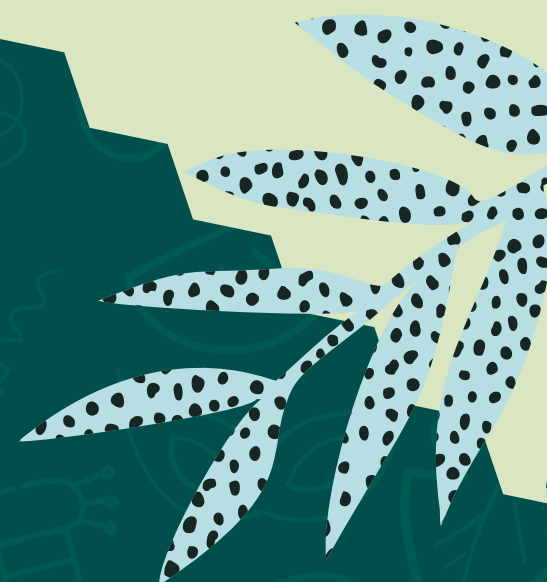


PRESO POR MATAR 7 DIZ QUE QUERIA POUPAR VIDAS

Preso nesta manhã de quinta-feira, 23 de fevereiro, por tirar a vida de sete pessoas, Edgar Ricardo de Oliveira afirmou que queria "poupar vidas". A fala foi feita informalmente à Polícia e a repórteres, quando questionado sobre o motivo para assassinar, entre as vítimas, uma criança de apenas 12 anos. O crime foi cometido na última terça-feira (21) em um bar de Sinop. Em conversa com jornalistas, o delegado responsável pelo caso, Bráulio Junqueira, adiantou que o assassino já confessou o crime. Junqueira também explicou que Edgar foi detido já fora do flagrante, mas permanecerá preso por determinação da Justiça, pelo período inicial de 30 dias, podendo esse prazo ser ou não prorrogado

PÁG. 6

Baterias RENO VADAS



CÓD. 7898132544720
COLLAGEN MELATONIN MARACUJÁ E CAPIM-LIMÃO 240G
DE R\$139,90 POR
R\$99,90



CÓD. 4015630064250
ACCU-CHEK ACTIVE KIT
DE R\$99,99 POR
R\$59,90



CÓD. 7899828200074
BALANÇA DIGITAL CORPO BIOIMPEDÂNCIA INCOTERM
DE R\$318,88 POR
R\$179,90



Unimed
Cuiabá

Ofertas válidas de 01/02/2023 a 28/02/2023 ou enquanto durar o estoque. Pagamento em até 6 vezes nos cartões de crédito Visa, MasterCard e Elo com parcela mínima de R\$ 10,00. Atendimento exclusivo para clientes Unimed Cuiabá. Confira mais opções de pagamento nas lojas. Fotos meramente ilustrativas.

ANS - n° 34208-4



Leia a versão digital do Estadão Mato Grosso no seu celular pelo QR Code ao lado!



EDITORIAL

O vírus do negacionismo

O negacionismo no Brasil tomou proporções dan-tescas durante a pandemia de covid-19. Primeiro, se manifestou por meio da minimização da doença e no boicote às medidas preventivas, sob uma alegada hipótese de cerceamento da liberdade, o que acabou resultando em uma das maiores catástrofes humanitárias da história brasileira. Porém, a contestação da ciência ficou ainda mais perniciososa com a politização da vacinação, nossa única arma efetiva contra uma série de doenças graves.

Por sorte, os negacionistas são minoria da população. Entretanto, são uma minoria que incomoda e que põe em risco a vida e a saúde daqueles que querem se cuidar. A forma mais perversa do negacionismo se manifesta na resistência em vacinar crianças e adolescentes. Coloca em risco a vida e o futuro de milhares de crianças, que não estão recebendo as vacinas

básicas da caderneta nacional, como a gotinha que protege contra a poliomielite.

Iniciada em 17 de agosto, a campanha contra a poliomielite em Mato Grosso mal alcançou metade do público alvo em todas as idades. De acordo com os dados da plataforma LocalizaSus, do Ministério da Saúde, a cobertura vacinal do estado atingiu apenas metade das crianças. Para isso, as prefeituras realizaram até três 'Dias D' de vacinação e apelaram para toda sorte de mecanismos que pudessem ajudar a alcançar o objetivo.

A campanha de vacinação contra o sarampo segue em ritmo igualmente difícil. O negacionismo nos fez chegar ao ponto de perder o certificado de eliminação do sarampo, que havia sido concedido pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No começo do mês, o governo federal lançou um novo esforço para erradicar o sarampo do Brasil, mais uma

vez, mas tem colhido poucos resultados nessa batalha.

O vírus negacionista tem se mostrado mais perigoso do que as doenças que são combatidas pela vacina, a tal ponto que entidades internacionais têm emitido alertas sobre o risco de retorno de doenças que já eram consideradas erradicadas. Tudo pela falta de vacinação.

A vacinação de crianças tem caminhado a passos de formiga devido à epidemia de informações falsas que são divulgadas 'à torto e à direita' na internet. A descrença foi semeada até pelo próprio ministro da Saúde, que pretendia impor a exigência de pedido médico para vacinação das crianças, como se o imunizante fosse um risco maior do que a doença.

Mais do que bom senso, rejeitar o negacionismo e as notícias falsas é uma atitude de respeito à vida, tanto a própria quanto a do próximo.

Hidrogênio verde

Claudyson Martins Alves (*)

A busca por fontes de energia renovável e a preocupação com o futuro do planeta fazem com que pesquisadores e cientistas estejam em uma corrida para encontrar novas maneiras de produzir combustíveis, principalmente os de fontes renováveis, como a energia solar. O hidrogênio verde, uma das mais promissoras fontes de energia limpa, é o grande destaque nessa corrida e tem gerado muita expectativa no mercado para a geração de energia limpa.

Com as crises energéticas internacionais e a crescente preocupação em diminuir a emissão de combustíveis fósseis, o hidrogênio verde torna-se cada vez mais uma alternativa animadora. Sua produção é obtida sem emissão de CO2, ou seja, atende a uma das maiores metas abordadas na COP-27, em resposta a preocupação da população e de grandes empresas com o futuro do planeta.

Mesmo com um custo de produção alto, o que ainda impede sua distribuição em larga escala, o combustível produzido através do hidrogênio verde é obtido de maneira relativamente simples, usando apenas água e energias renováveis, o que pode indicar também uma redução significativa no preço de venda ao consumidor. A busca agora é pela criação de um dispositivo que possa ser alimentado por energia solar, que colete água através da umidade do ar ambiente e disponibilize hidrogênio verde.

Os avanços necessários para o pleno desenvolvimento dessa tecnologia já começaram. Cientistas da Escola Politécnica Federal de Lausanne, na Suíça, criaram um sistema engenhoso, porém simples, que une a tecnologia dos semicondutores utilizados nas células solares e na eletrônica com novos eletrodos, para quebrar as



moléculas de água em hidrogênio e oxigênio. O conjunto utiliza energia solar para que as moléculas de água presentes na umidade normal do ar sejam quebradas, gerando hidrogênio limpo.

Nos Estados Unidos, cientistas da universidade Michigan seguiram a mesma linha dos suíços e criaram um tipo de painel solar que atingiu a eficiência de 9% na conversão de água em hidrogênio e oxigênio, semelhante à fotossíntese. Por atuar ao ar livre e não possuir condições controladas de laboratório, o protótipo representa um avanço na tecnologia, sendo quase 10 vezes mais eficiente do que experimentos solares deste tipo.

Aqui no Brasil, as expectativas para a produção do hidrogênio verde são grandes, uma vez que o país é rico tanto em aquíferos quanto em luz solar e ventos fortes. Atualmente, três portos brasileiros estão construindo hubs de produção de H2 Verde e o prazo para chegar aos postos de combustíveis é relativamente curto, já em 2025.

Recentemente foi inaugurado em São Gonçalo do Amarante, no Ceará, um projeto piloto no Complexo Termelétrico do Pecém (UTE Pecém). Já em operação, o local recebeu investimentos de R\$ 42 milhões. A unidade contempla uma usina solar com capacidade de 3 megawatts (MW) e um módulo eletrolisador para produção do combustível com capacidade de produzir 250 Nm3/h de gás, um grande avanço na busca por "combustíveis limpos".

Esse é mais um passo para a não dependência de combustíveis de fontes esgotáveis, e de um futuro mais limpo para o planeta.

CLAUDYSON MARTINS ALVES é empresário do segmento de combustíveis e vice-presidente do Sindipetróleo

VARIOLA DOS MACACOS: CUIDADOS, PREVENÇÃO E DIAGNÓSTICO

Apesar de levar o nome de "variola dos macacos", a transmissão da doença não está relacionada aos macacos. O nome vem da descoberta inicial do vírus em macacos em um laboratório dinamarquês em 1958. Até o momento, o mundo registra 41,5 mil casos distribuídos em 96 países.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, 98,5% dos casos estão entre pessoas do sexo masculino. Desse percentual, 76,5% é de homens entre 18 e 44 anos; 0,5% de 0 a 17 anos e 0,1% de 0 a 4 anos. A idade mediana dos infectados é 36 anos.

O sintoma mais comum nas pessoas diagnosticadas com a doença é a febre. No Brasil, além da reação térmica do corpo, pacientes relataram inchaço de gânglios, erupções na pele e dores musculares. Quanto aos locais das erupções, 59,9% acometeram órgãos genitais dos infectados, 44,4% no tronco e 40,3% em membros superiores.

Apesar de sentir algum sintoma suspeito que possa ser compatível com a variola dos macacos, também conhecida como monkeypox, procure uma Unidade Básica de Saúde (UBS) ou Unidade de Pronto Atendimento para avaliação. Informe se você teve contato próximo com alguém com suspeita ou confirmação da doença. Se possível, isole-se e evite o contato próximo com outras pessoas.

OS SINAIS E SINTOMAS, EM GERAL, INCLUEM:

Erupção cutânea ou lesões de pele; Adenomegalia/Linfonodos inchados (inguas); Febre; Dores no corpo; Dor de cabeça; Calafrio; Fraqueza.

DIAGNÓSTICOS - Caso suspeito: pessoa de qualquer idade que apresenta início súbito de lesão em mucosas e/ou erupção na pele aguda profunda e bem circunscrita de monkeypox, única ou múltipla, em qualquer parte do corpo; e/ou dor proctite (por exemplo, dor anorretal, sangramento) e/ou edema peniano, podendo estar associada a outros sintomas.

Caso provável: caso que atende à definição de caso suspeito, que apresente um ou mais critérios (Plano de Contingência - página 8), com investigação laboratorial de variola dos macacos não realizada ou inconclusiva, e que o diagnóstico da doença não pode ser descartado apenas

pela confirmação clínico-laboratorial de outro diagnóstico.

Caso confirmado: caso suspeito com resultado laboratorial "positivo/detectável" para variola dos macacos por diagnóstico molecular (PCR em tempo real e/sequenciamento).

Caso descartado: caso suspeito com resultado laboratorial "negativo/não detectável" para variola dos macacos por diagnóstico molecular (PCR em tempo real e/sequenciamento).

PREVENÇÃO - A principal forma de proteção contra a monkeypox é a prevenção. Assim, aconselha-se a evitar o contato direto com pessoas com suspeita ou confirmação da doença. E no caso da necessidade de contato (por exemplo: cuidadores, profissionais da saúde, familiares próximos e parceiros, etc.) utilizar luvas, máscaras, avental e óculos de proteção.

Pessoas com suspeita ou confirmação da doença devem cumprir isolamento imediato, não compartilhar objetos e material de uso pessoal, tais como toalhas, roupas, lençóis, escovas de dente, talheres, até o término do período de transmissão.

Lave regularmente as mãos com água e sabão ou utilize álcool em gel, principalmente após o contato com a pessoa infectada, suas roupas, lençóis, toalhas e outros itens ou superfícies que possam ter entrado em contato com as erupções e lesões da pele ou secreções respiratórias (por exemplo, utensílios, pratos).

Lave as roupas de cama, roupas, toalhas, lençóis, talheres e objetos pessoais da pessoa com água morna e detergente. Limpe e desinfete todas as superfícies contaminadas e descartar os resíduos contaminados (por exemplo, curativos) de forma adequada.

Todas as informações sobre a variola dos macacos estão disponíveis no site do Ministério da Saúde (www.gov.br/saude/pt-br)

A pobreza em MT

Vivaldo Lopes (*)

A Fundação Getúlio Vargas - FGV, publicou, por meio do seu braço de estudos sociais, a FGV SOCIAL, o mais detalhado e profundo estudo sobre a pobreza no Brasil, após a pandemia. A publicação, O Mapa da Pobreza, foi organizada e liderada pelo economista Marcelo Neri, a maior autoridade técnica e acadêmica desse assunto no Brasil. A pesquisa utiliza a grandiosa base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (IBGE, 2021), disponibilizada em 2022. Entre outros propósitos, a pesquisa da FGV mensura a situação da pobreza em todos estados brasileiros após os nefastos estragos causados pela pandemia em 2020. A novidade do estudo é a segmentação do Brasil em 146 estratos demográficos, o que permitiu colocar holofotes na desigualdade e pobreza em distintas microrregiões do país. Inclusive dentro de cada uma das 27 unidades federativas. O trabalho considera a renda domiciliar mensal de R\$ 497,00 per capita, equivalentes a U\$ 5,50/dia em paridade de poder de compra do último trimestre de 2021. Essa métrica é mundialmente aceita e utilizada para mensurar a pobreza nas diversas regiões do planeta.



Ao focarmos a espacialização dos estratos geográficos nas quais o estado foi segmentado na pesquisa, notamos a confirmação das desigualdades regionais e elevada taxa de pobreza no estado que é o maior do país em produção agropecuária. O trabalho separa o estado em seis estratos geográficos (Cuiabá/Entorno Metropolitano, Colar Metropolitano, Sudoeste, Leste e Norte). O menor índice de pobreza está no chamado Colar Metropolitano (Cuiabá e cidades próximas), que é de 14,53%. A maior taxa de pobreza está no estrato geográfico denominado Entorno Metropolitano, onde a taxa de pobreza é de 28,25%. Nas regiões Leste (19,61%) e Norte (17,03%) os níveis de pobreza são bem menores que a média estadual. Na região Sudoeste (Araguaia), a taxa de pobreza situa-se em 25,12%, acima da taxa estadual.

A impecável pesquisa impõe uma reflexão social, política e econômica: quais fatores objetivos e subjetivos determinaram dinâmicas tão díspares no progresso econômico e social das diversas regiões do estado? O que é possível fazer para enfrentar e reduzir a pobreza e as desigualdades sociais e regionais em Mato Grosso? Um estado que se destaca por ser campeão nacional de crescimento econômico e de produção de alimentos. Como a sociedade, líderes políticos, empresariais podem fazer para integrar e sincronizar programas, projetos, ações para termos aqui o desenvolvimento inclusivo? O acelerado crescimento econômico de Mato Grosso expõe ilhas de acumulação de riquezas, opulência e prosperidade que convivem com bolsões de pobreza e desigualdade.

Não se trata de tarefa simples, solitária ou que entregará resultados imediatos. Mas empenho solidário que tenha o comprometimento de todas as forças sociais, políticas e empresariais para superar esse desafio que constrange a todos mato-grossenses. O desafio é gigante, mas precisa ser vencido. Como dizem os chineses, para se caminhar mil léguas, precisamos andar a primeira légua.

VIVALDO LOPES é economista formado pela UFMT, onde lecionou na Faculdade de Economia e pós-graduado em MBA- Gestão Financeira Empresarial pela FIA/USP. E-mail: vivaldo@uol.com

PUBLICIDADE LEGAL
ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.
(65) 99228-9990
ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS • CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS • ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...
PUBLICAR

GOLPE DURO

'Vaca louca' paralisa exportações

Ministro avalia que caso da doença registrado no Pará é atípico e espera reverter embargo às exportações até o final de março

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed

Felipe Leonel

O embarque de carne bovina para a China foi suspenso a partir desta quinta-feira (23), em razão de um caso da "doença da vaca louca", identificada em uma fazenda de Marabá, no Pará. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) enviou uma amostra dos materiais para um laboratório canadense, que deve confirmar se trata de um caso 'atípico' da doença.

O caso foi revelado nessa quarta-feira (22), pelo governo do Pará, que já afirmou que se trata de um caso atípico. A doença da vaca louca, quando atípica, se desenvolve em animais mais velhos e causa uma degeneração no cérebro. Nesses casos, não provoca riscos à saúde humana ou dos outros animais.

Carlos Fávaro, ministro do Mapa, concedeu entrevista à CNN na noite de quarta-feira e disse que o

impacto é ruim, mas que o governo está trabalhando para solucionar o caso o mais rápido possível. A expectativa do ministro é que o Mapa solucione o problema antes de o presidente Lula da Silva (PT) visitar a China, em viagem que deve ocorrer no final de março.

"Não gostaríamos de estar anunciando isso, mas o procedimento é de total transparência, total respeito aos protocolos e estamos fazendo isso com muita determinação, avisando o mercado. Logo após a confirmação, a primeira pessoa que comuniquei foi o presidente Lula, que fez uma recomendação explícita: total empenho para resolver o problema", disse Fávaro.

Ainda de acordo com o ministro, a amostra do animal infectado deve chegar no laboratório canadense até sexta-feira (24) e na próxima semana já será possível afirmar se o caso é atípico ou clássico. A partir desse resultado, o Mapa inicia os trabalhos de comunicação ao mercado, para tentar levantar o embargo.

Fávaro garantiu que o governo brasileiro tem prestado todas as informações todos os países que estão querendo saber detalhes sobre o caso. Ele



Christiano Antonucci/Secom-MT

Suspensão de exportações aumenta pressão sobre o setor, que já vive crise devido ao aumento nos custos de produção

adianta que o animal não se alimentava com ração, apenas no pasto, o que reduz o risco da modalidade clássica da doença, que acontece quando o animal consome restos de outros animais na ração.

Além disso, a composição da ração com restos de animais é proibida no Brasil.

PREOCUPAÇÃO NO SETOR - O presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat), Oswaldo Pereira Ribeiro Junior, vê a ocorrência como um duro golpe no setor. Ele afirma que a pecuária já está passando por uma situação preocupante, devido aos custos de produção extremamen-

te elevados. Ultimamente, o preço pago pela arroba aos pecuaristas não tem sido suficiente para cobrir os custos.

O embargo dos embarques para a China complica ainda mais a situação, pois é nessa transação específica que os produtores conseguem um "prêmio", de cerca de R\$ 30 por ar-

roba, já que os pecuaristas precisam entregar o boi com até 30 meses. Diante dessa situação, a Acrimat cobra que ocorra a diferenciação dos casos "atípicos" para os "clássicos".

O caso identificado, segundo a Acrimat, não representa nenhum risco sanitário para os demais animais. De acordo com Oswaldo, o acordo firmado com a China em 2015 foi "mal redigido" ao não prever a diferenciação das doenças. Dessa forma, quando ocorre a notificação de casos atípicos, o embargo ocorre automaticamente.

"Isso provoca um caos econômico em toda a cadeia. No último episódio, em 2021, tivemos quase 100 dias para retomar as exportações, com prejuízos incalculáveis para o setor. Estamos solicitando às autoridades competentes que revisem esse acordo, para não ficarmos reféns de casos semelhantes, que podem ocorrer esporadicamente, principalmente em um rebanho grande como o brasileiro", disse o presidente da Acrimat.

Já o Sindicato das Indústrias de Frigoríficos do Estado de Mato Grosso (Sindifrigor/MT) disse que não vai se pronunciar sobre o assunto e suas consequências.

IMPOSTO DE RENDA

Informe de rendimentos deve ser entregue até terça

Luciano Nascimento/ABR

Termina no dia 28 de fevereiro, último dia útil do mês, o prazo para as empresas enviarem aos funcionários o informe com os rendimentos referentes a 2022. O prazo também vale para bancos e corretoras de valores, que devem disponibilizar o documento referente aos rendimentos de aplicações financeiras dos seus clientes.

Os informes são necessários para preencher a declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física 2023. As informações são necessárias para que a Receita Federal possa cru-

zar os dados e determinar quanto cada contribuinte pagou de imposto ao longo do ano passado e saber se houve sonegação ou não.

Os documentos não precisam, necessariamente, ser enviados pelos Correios, podendo ser disponibilizados pela internet e em aplicativos de internet banking. O empregador ou o banco que não fornecer os comprovantes dentro do prazo ou disponibilizarem com erros estarão sujeitos a pagamento de multa.

No informe do empregador, devem constar os valores de todos os salários de 2022, além do 13º salário,

e outros rendimentos recebidos eventualmente, como participação nos lucros.

Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) podem obter seus comprovantes de rendimentos pela internet no site ou aplicativo do Meu INSS.

A partir deste ano, o período de entrega das declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física vai de 15 de março a 31 de maio.

Segundo a Receita, a alteração tem por objetivo permitir que desde o início do prazo de entrega todos os contribuintes já possam usufruir da declaração pré-preenchida.

PREPARE O BOLSO

Mercado eleva projeção de inflação para 5,89% em 2023

Andreia Verdélio/ABR

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerada a inflação oficial do país, subiu de 5,79% para 5,89% para este ano. A estimativa consta do Boletim Focus, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2024, a projeção da inflação ficou em 4,02%. Para 2025 e 2026, as previsões são de infla-

ção em 3,78% e 3,7%, respectivamente.

A previsão para este ano está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3,25% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é de 1,75% e o superior de 4,75%.

Da mesma forma, a projeção do mercado para a inflação de 2024 também está acima do centro da meta prevista, fixada em 3%, mas ainda dentro do intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Em janeiro, puxado principalmente pelo aumento de preços de alimentos e combustíveis, o IPCA ficou em 0,53%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

JUROS - Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 13,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A taxa está nesse nível desde agosto do ano passado, e é o maior nível desde janeiro de 2017, quando também estava nesse patamar.

IMPOSTOS ESTADUAIS

Dívidas podem ser pagas com desconto de até 95%

Da redação

Os contribuintes têm até a próxima terça-feira (28) para negociar dívidas em atraso com o Governo de Mato Grosso, com descontos de até 95% nos juros e multas. As facilidades são para o pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), além do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis (ITCD) e doação de quaisquer bens ou direitos.

"É um desconto importante para que a pessoa possa regularizar a situação com o Estado, evitando ações de execução fiscal que podem resultar em bens penhorados, bens ar- restados, contas bloquea-

das, além das negativas normais porque a pessoa estará em débito com o Estado e, conseqüentemente, fica impedida de fazer negociações, firmar contratos, transferir bens, e até de negociar com o Estado", pontua o procurador do estado Jenz Prochnow Junior.

Os programas de recuperação de créditos Refis e Regularize também permitem o parcelamento das dívidas. Os benefícios são estendidos às multas aplicadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), Departamento Estadual de Trânsito (Detran), Superintendência de Defesa do Consumidor (Procon), Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (Indea) e Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados (Ager).

Para a regularização, o contribuinte deve acessar o site da Procuradoria Geral do Estado (PGE) ou o aplicativo MT Cidadão.

Aqueles que estiverem com o nome na dívida ativa não podem obter a certidão negativa de débitos emitida pela PGE e pela Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz).

Entre os documentos exigidos para a negociação de pessoa física estão a cópia do RG e CPF do protestado; instrumento de mandato, se for o caso, acompanhado com a cópia do RG e CPF do procurador. Já para parcelamento de pessoas jurídicas é necessário a cópia do contrato social e a última alteração social da empresa; RG e CPF do representante legal constante no contrato social; instrumento de man-

dato, se for o caso, acompanhado com a cópia do RG e CPF do procurador.

Além do atendimento online, a PGE também oferece atendimento presencial na sede da procuradoria, nas agências fazendárias do interior do Estado e unidades do Ganha Tempo.

A PGE está localizada na Avenida República do Líbano, nº 2258 - Cuiabá. O horário de atendimento é das 8h às 18h e os agendamentos deverão ser realizados por e-mail ou telefone da Agência Fazendária do domicílio tributário do interessado.

Consultas de processos, negociação de dívida ativa de IPVA e licenciamento podem ser feitos pelo Sistema de Gerenciamento de Dívida Ativa - SGDA.

SERVIÇO
E-mail: negociacaofiscal@pge.mt.gov.br
Site: Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso
WhatsApp: (65) 99608-8566 / (65) 99243-6157 / (65) 99246-8705 / (65) 99643-7958

CAIXA GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA FAZENDA BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE VENDA
Edital de Leilão Público nº 3041/0223-CPA/RE - 1º Leilão e nº 3042/0223-CPA/RE - 2º Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (is) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 10/03/2023 até 20/03/2023, no primeiro leilão, e de 24/03/2023 até 04/04/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório do(a) leiloeiro(a), Sr(a). FASCHOL COSTA NETO, Avenida Nossa Senhora do Carmo, nº 1.850, sala 42, Bairro Carmo, Belo Horizonte/MG, CEP 30330-000. Fones (31)3241.4164/99798-0810 e atendimento de segunda a sexta das 8h às 18h, site: www.gpleiloes.com.br. O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/moviseiscaixa. O 1º Leilão realizar-se-á no dia 21/03/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 05/04/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro www.gpleiloes.com.br.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

7. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S/A - MT PAR C.N.P.J 17.816.442/0001-03		
Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) em 31/12/2022		
Valores expressos em Reais		
Descrição	Exercício 2022	
Prejuízo Líquido do Exercício	-R\$	104.363,32
Depreciação e Amortização (+)	R\$	368.650,33
Ajustes de P.A Exercícios Anteriores	R\$	-
Ajustamentos para Futuro Aumento de Capital (+)	R\$	5.000.000,00
Lucro Líquido Ajustado (-)	R\$	5.264.287,01
ATIVIDADES OPERACIONAIS	R\$	251.263.310,15
Redução nos Estoques (+)	R\$	2.709,24
Redução nas contas de direito adiantamento suprimento de fundos (+)	R\$	15.500,00
Aumento em Fornecedores (+)	R\$	557.111,87
Aumento em Obrigações em Garantias a Terceiros (+)	R\$	97.020,00
Redução em Obrigações Trabalhistas (-)	R\$	159.829,26
Redução em Obrigações Tributárias (-)	-R\$	2.596,86
Aumento em Apropriações por Provisões Subsidio Governamental (+)	R\$	250.494.780,02
Aumento em Apropriações por competência e Provisões Pessoal (+)	R\$	18.597.427,00
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	R\$	-18.597.427,00
Aquisição de Imobilizado (-)	-R\$	13.597.427,00
Aquisição de Ações em Controladas (-)	-R\$	5.000.000,00
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	R\$	-
AUMENTO/DIMINUIÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	R\$	237.930.170,16
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	R\$	141.299.034,70
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO 2022	R\$	379.229.204,86
VARIACÃO DAS DISPONIBILIDADES NO PERÍODO	R\$	237.930.170,16

Wener Klesley dos Santos
Diretor Presidente - CPF: 953.137.881-91

Max Vinicius Machado dos Santos
Reg. no CRC - MT sob o No. MT-019806/O-5 - CPF: 055.943.031-03

8. NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Nota 1 – Demonstrações
As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei 6.404/76 e alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, bem como a Lei Complementar nº 13.303 de 30 de junho de 2016, e de acordo com as práticas adotadas no Brasil - BR GAAP, as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); As demonstrações financeiras originam-se de atos contábeis vinculados ao Conselho do Registro pelo Valor Original e os saldos estão disponibilizados em unidade de Real (R\$ 1), que é a moeda oficial brasileira;
As atividades de planejamento, Orçamento e Execução Orçamentária e Financeira da companhia são registradas por meio do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso - FIPLAN, segundo o Decreto Estadual 1.374/08, que prevê a adoção de Plano de Trabalho Anual - PTA, integrado à Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO e à Lei do Planejamento Anual - LOA e aos mecanismos financeiro-orçamentário das entidades estaduais da administração Pública direta e indireta. A atividades de Escrituração Mercantil e Elaboração das Demonstrações Financeiras, bem como os Registros e Informações de Pessoal, nos termos da Lei Complementar nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e demais normas que a são submetem as empresas de economia mista de natureza jurídica privada, são efetuados no Sistema Operacional Interno Domínio Contabilidade Fiscal.

Nota 2 - Principais Práticas Contábeis
As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações contábeis são:
a) Caixa e equivalentes de caixa - Inclui caixa, bancos, depósito garantia, saldos positivos em conta movimento e subsídios governamentais.
b) Imobilizado (Reconhecimento e Mensuração) - Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição que inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do bem, demonstrando em conta específica a depreciação acumulada. Os diferentes tipos de bens do imobilizado que apresentam vidas úteis diferenciadas, são registradas de acordo com suas peculiaridades de utilização.

c) Depreciação - A base de cálculo da depreciação é o custo original do ativo, ou o valor justo, sem valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado do exercício, baseando-se no método linear com relação à vida útil, de cada parte de um item do imobilizado quando separável por unidade geradora de caixa ou no total, apurado com base na tabela de vida útil definida por meio da IN SRF nº 79 de 01 de agosto de 2000 e o RIR/99, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.
d) Apropriação de Obrigações por Competência - As Obrigações são apropriadas e realizadas mensalmente com valor da parcela da despesa incorrida, inclusive as parcelas de férias, 13º e depreciação, seguindo o regime de competência, visto que há garantia da cobertura de gasto já incorrido, de relativa certeza de ocorrência ou de grande possibilidade de ocorrência, conforme observa as Normas Internacionais de Contabilidade International Financial Reporting Standards (IFRS), International Accounting Standards (IAS 37) e CPC 25. As apropriações de obrigações e os cálculos relativos às depreciações dos bens foram efetuados levando em conta bases estimativas inerentes às atividades e realidades da companhia, e são julgadas suficientes para preservação dos ativos ou a sua substituição.

2.1 Apropriação e Regime contábil - O Regime de apuração e contábil adotado por essa empresa é Regime de Competência e o método utilizado para apuração dos impostos é o Lucro Presumido.
2.1.1 Recursos Recebidos - As entradas dos recursos são feitas por meio de Repasse de Colas Financeiras pelo Tesouro Estadual, que são registradas como receitas de subvenção. As despesas executadas no período somam as despesas de custeio e manutenção, os gastos com Pessoal, inclusive a Gratificação Natalina e provisionamento de férias, bem como os respectivos encargos sociais que são acobertados na data da quitação mensal.

2.1.1.1 Recursos Recebidos (Subsídios Governamentais) - As entradas monetárias recebidas pela MT-PAR, relativo ao FETHAB Lei 10.818/2019, estão registradas em conformidade com o RIR/99 e o CPC 07, qual seja registrada a entrada dos recursos como receita não operacional reconhecida ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, atendendo as condições dos pronunciamentos supracitados evitando o crédito dos subsídios diretamente no patrimônio líquido.

2.1.2 Classificação Segundo os Prazos das Operações:
a) São classificadas em Ativo Circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte; no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte; em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem a manutenção da atividade da companhia ou da empresa; no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia;

b) São classificadas em Passivo Circulante: a obrigações que vencerem no exercício seguinte; e o Passivo Não Circulante: as obrigações que tiverem vencimento em prazo maior que o exercício seguinte;

c) São classificadas no Patrimônio Líquido da companhia: as cotas do Capital social subscrito, integralizado e a integralizar, as reservas de capital e o resultado do exercício, líquido e acumulado. Nos termos dos artigos 179 e 180 e 182 da Lei Complementar nº 6.404/76.

Nota 3 - Balanço Patrimonial
3.1 Ativo Circulante - R\$ 441.122.540,58 - Composto por:

3.1.1 Disponibilidades - o saldo apresentado no valor de R\$ 379.564.471,06 sintetiza os valores de R\$ 378.588.094,79, que refere-se aos recursos advindos do FETHAB, conforme Lei 10.818/2019, que destina 10% (dez por cento), para realização de projetos e investimentos que tenham a participação da MT-PAR, estes recursos devem ser aplicados para atender demandas estratégicas do Governo na estruturação e viabilização de projetos sustentáveis, o valor de R\$ 97,50 se refere a garantia contratual do contrato 02/2015 entre o MT-PAR e a Empresa Gibbor Brasil Publicidade e Propaganda Ltda, e o valor de R\$ 545.992,57, referente aos recursos disponíveis na Conta Única do Estado no Banco do Brasil S/A, operados e gerenciados pelo órgão central por meio do Sistema FIPLAN, nos termos da Lei Complementar nº 360 de 18/06/2009. A MT-PAR não dispõe de recursos próprios, depende orçamentariamente e financeiramente de repasse do Governo Estadual e foi constituída na modalidade de capital fechado, razão pela qual não tem autonomia para o gerenciamento e aplicação no mercado de capitais;

3.1.2 Créditos a receber - no valor de R\$ 327.675,02, constituído por:

3.1.2.1 Tributos A Recuperar/Compensar - que sintetiza a importância de R\$ 327.555,38 correspondente a IRRF que incidiram sobre os rendimentos de aplicação dos recursos da Conta Garantia PPP, pertencente ao Estado, que goza do instituto da imunidade tributária, do qual deve ser solicitada compensação desse crédito junto a RFB, e R\$ 119,64, que se refere a saldo do exercício de 2015 relativos ao pagamento indevido de IR, ser solicitada a compensação;

3.1.2.2 Estoque - no valor de R\$ 3.501,15, se refere ao estoque de bens de uso e consumo para suprir as necessidades de materiais de consumo e de expediente;

3.1.2.3 Ativo Não Circulante - R\$ 61.558.069,52, composto pelo subgrupo Imobilizado, a distribuição do saldo apresenta os seguintes valores: R\$ 5.000.000,00 em Participações em Controladas; R\$ 39.699.751,25 em Bens Imóveis ingressados no ativo da empresa por integralização de capital por meio de Bens, da parte do sócio Governo do Estado, nos exercícios de 2015 e 2016, nos termos do Decreto 179 de 07 de julho de 2015 e com base ao que doutrina o artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76, que institui também R\$ 374.106,95 em móveis e utensílios; R\$ 734.862,29 constam em máquinas e equipamentos; R\$ 1.712.978,00 é o montante de Veículos e R\$ 14.733.321,31 está na conta de obras em andamento, sendo que deste total R\$ 8.672.436,57 é relativo as obras da estação e redução de pressão e rede de distribuição de gás natural e R\$ 5.247.591,74 é relativo a construção do parque Novo Mato Grosso.

a) Foram realizadas apropriações de depreciação no exercício de 2022 no montante de R\$ 368.650,33. Passivo Circulante - R\$ 395.063.722,76 - composto por:

3.3.1 Fornecedores a Pagar - no valor de R\$ 679.658,53, que corresponde aos credores que foram inscritos suas despesas em restos a pagar processados.

3.3.2 Crédito de Terceiros em Garantia - R\$ 97,50 - garantia contratual de contrato firmado entre a MT-PAR e empresa Gibbor Publicidade Publicação De Editais Ltda - EPP;

3.3.3 Outras obrigações - no valor de R\$ 394.286.946,73 - relativo ao reconhecimento de apropriações de despesas de pessoal com férias e obrigações de investimentos com recursos recebidos por meio de subsídios governamentais.

3.3.4 Obrigações em Garantia - no valor de R\$ 967.530,63 referente a apropriação de férias e encargos sociais sobre férias dos servidores da MT-PAR.

3.3.3.2 Obrigações - Subsídios Governamentais - no valor de R\$ 393.319.416,10, que se refere a obrigação da MT-PAR em executar Projetos e Investimentos com os subsídios recebidos do estado do Mato Grosso, oriundos do FETHAB, registrada em conformidade com CPC 07 e CPC 25 com o objetivo de evidenciar a relação da receita com a obrigação da MT-PAR em cumprir as obrigações relacionadas ao subsídio. Os valores apropriados na conta Projetos e Investimentos a desenvolver está demonstrando a relação do saldo em caixa do FETHAB R\$ 378.588.094,79 e as obras em andamento no montante de R\$ 14.733.321,31 que serão entregues ao governo do Estado do Mato Grosso ao término das obras.

3.4 Patrimônio Líquido - O Patrimônio se apresenta constituído por:

3.4.1 Capital Social Autorizado no valor de R\$ 150.000.000,00, está dividido em 150.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, conforme previsto na lei de autorização de criação, ao custo de emissão de R\$ 1,00 cada, determinado pela Lei 9.854 de 26 de dezembro de 2012, alterada pela Lei 10.347/2015. O Estado de Mato Grosso é detentor de 99,99933% das ações ordinárias, 0,00044% pertencem à Companhia de Gás de Mato Grosso (oriundo da aquisição diretamente de um dos acionistas minoritários) e 0,00027% pertencem a acionistas pessoas físicas;

3.4.2 O Capital Social Subscrito e Integralizado no valor de R\$ 41.200.751,25, corresponde a R\$ 1.501.000,00 realizado e integralizado em dinheiro no ato da constituição da empresa no exercício de 2013, em moeda corrente nacional, e R\$ 39.699.751,25 em Bens imóveis avaliados por empresa especializada e autorizados em Assembleia Geral.

3.4.3 Lucros ou Prejuízos Acumulados - no valor de R\$ 141.933,43 representa o montante total do prejuízo acumulado da MT-PAR desde o início de suas atividades, seu valor é representado somando os valores de prejuízos dos exercícios anteriores adicionando o Lucro/Prejuízo do exercício mais os ajustes feitos no Patrimônio.

3.4.4 (-) Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores - No Valor de R\$ 37.570,11 é relativo aos valores de prejuízos acumulados até o exercício anterior destas demonstrações (2021).

3.4.5 Prejuízo do Exercício em Curso (2022) - Apresenta a importância de R\$ 104.363,32, seu valor é baseado na apuração do resultado do exercício encontrada na diferença das entradas de recursos financeiros repassados pelo Poder Executivo do Estado de Mato Grosso. É prudente informar que o resultado apurado não seja considerado como lucro operacional ou prejuízo do período, já que não houve realização efetiva de Receita Operacional, para que seja atribuído a denominação de lucro ou prejuízo operacional, mas sim resultado sobre repasse de recursos e os gastos com os dispêndios da empresa. Nesse sentido, e com base nos resultados apurados no exercício em curso e nos exercícios anteriores e/ ou o Patrimônio Líquido demonstrar um prejuízo acumulado ao final do exercício de 2022 na importância de R\$ 141.933,43.

Nota 4 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

4.1 Receitas - A MT-PAR não possui receita operacional derivado da sua própria atividade é dependente do Estado do Mato Grosso para a manutenção de suas despesas para executar suas atividades, as receitas reconhecidas na DRE são oriundas de repasses do Governo.

4.1.1 Subvenções Econômicas - no valor de R\$ 10.260.233,93, relativo ao recebimento de repasses governamentais para a manutenção das despesas de pessoal, custeio e capital da MT-PAR. (fonte:100 e fonte: 300).

4.2 Despesas Operacionais - somam o montante de R\$ 39.319.932,16 são referentes as despesas para a continuidade das atividades operacionais da MT-PAR.

4.2.1 Despesas com Pessoal e Encargos - soma um montante de R\$ 8.854.255,93 distribuídas em:

4.2.2 Salários Ordenados e Remunerações - no valor de R\$ 5.825.529,54, despesas de Pessoal, referente a remuneração dos cargos comissionados, que engloba as vantagens fixas, férias, gratificação natalina, indenizações trabalhistas e dispêndios com estagiários.

4.2.3 Encargos Sociais - R\$ 2.252.906,69 que se refere às obrigações de FGTS, Seguridade Social - Parte Patronal e Outras Entidades;

4.2.4 Restituição de Cessão de Pessoal - R\$ 48.581,45 que se refere ao ressarcimento ao órgão de origem, dos sub sídios incluído os encargos patronais, do pessoal cedido;

4.2.5 Remuneração de Conselheiros - R\$ 702.948,25 - que se refere a remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

4.2.6 Verba Indenizatória - R\$ 24.290,00 - que se refere a remuneração de verba indenizatória aos membros da Diretoria Executiva da MT PAR.

4.3 Despesas de Uso, Serviços e Consumo:

4.3.1 Energia Elétrica - R\$ 67.789,74, referente a gastos de energia elétrica, utilizado no desempenho das atividades operacionais na sede da MT-PAR.

4.3.2 Telefonia - R\$ 7.364,98, referente a gastos de telefone fixo, utilizado no desempenho das atividades operacionais;

4.3.3 Viagens e Representações - R\$ 348.023,08 - que corresponde ao dispêndio para pagamentos de diárias a pessoal civil, para atender as demandas de agências externas de trabalho;

4.3.4 Passagens Aéreas e Terrestres - R\$ 179.092,93 - que corresponde ao dispêndio para pagamentos de passagens para o deslocamento dos servidores da MT-PAR para realização de agendas sobre projetos da empresa;

4.3.5 Aluguel de Imóveis - R\$ 240.000,00 - despesa com locação de imóvel onde está situada a sede da MT-PAR;

4.3.6 Taxas de Condomínio - R\$ 74.326,65 - despesa com taxa de condomínio da sede da MT-PAR;

4.3.7 Aluguel de Veículos - R\$ 1.101.315,94 - despesas com locação de veículo oficial, vans para transporte no parque, caminhões e tratores para atender a demanda da construção do Parque Novo Mato Grosso;

4.3.8 Locação de Máquinas Xerográfica e Reprográficas - R\$ 10.146,01, referente a locação máquinas copiadoras e impressoras para atender ao desempenho das atividades da empresa;

4.3.9 Despesas Tributárias - Impostos e Taxas - R\$ 32.056,77, referente a impostos e taxas, como Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), taxas de Alvará, A notação de Responsabilidade Técnica (ART) de Projetos taxas de outorgas entre outros;

4.3.10 Serviços Prestados por Pessoa Jurídica - R\$ 4.704.723,22, contratados por demanda para atender a necessidade de serviços de regularização fundiária, assessoria de imprensa e comunicação, serviços de publicidade e propaganda, postagens, registros cartorários, Construção do Bloco Administrativo do Parque, serviços de consultoria para área meio e área finalística, chicheria entre outros, necessários para o andamento das atividades da empresa;

4.3.11 Serviços Prestados por Terceiros - R\$ 508.369,68, Serviços que incluem mão de obra terceirizada, serviço de limpeza e conservação de imóvel, serviço de copieragem onde localiza a sede da empresa; Serviço de Jardinagem Parque Novo Mato Grosso, Serviço de Manutenção de Ar-Condicionado e Gerenciamento de Estagiários.

4.3.12 Despesas de Tecnologia da Informação - R\$ 388.665,74, Locação e Hospedagem de software - contratação de empresa especializada no fornecimento e prestação de serviços de Hospedagem de software, para manutenção do sistema de contabilidade, financeiro, escrita fiscal e Pessoal, tendo em vista que o Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso - FIPLAN, não disponibiliza os demonstrativos da contabilidade comercial e fiscal exigidos pela Lei nº 6.404/76; Contrato MTI, relativo aos e-mails funcionais dos servidores e licenças FIPLAN e Domínio do site da MT PAR.

4.3.13 Combustíveis e Lubrificantes - R\$ 4.052.047,22, gastos com combustíveis para manutenção do automóvel locado para uso a serviço da empresa e maquinários que estão realizando as obras do Parque Novo Mato Grosso;

4.3.14 Materiais de Escritório - R\$ 34.455,80 referente a material de expediente e materiais para prevenção ao COVID 19, para atender ao desempenho das atividades da empresa;

4.3.15 Material de Cozinha - R\$ 24.123,27, referente a material de consumo, água, café, açúcar para atender ao desempenho das atividades da MT-PAR;

4.3.16 Suprimentos Plantas e Agrícolas - R\$ 132.112,00, referente a aquisição de Mudras de plantas para plantar no Parque Novo Mato Grosso.

4.3.17 Despesas com Peças de Maquinários - R\$ 212.026,70, despesa com aquisição de peças para manutenção dos maquinários que estão realizando as obras do Parque Novo Mato Grosso.

4.3.18 Locação de Software - R\$ 171.554,48, referente a aquisição de software da área finalística para desenvolvimento de projetos;

4.3.19 Despesas Transferências concedidas FETHAB - R\$ 17.800.824,69, referente a valores transferidos para execução de Projetos e Investimentos que a MT-PAR tenha participação, foram realizadas duas transferências no exercício de 2022 a primeira para a Prefeitura de Alta Floresta no valor de R\$ 2.577.647,76, outra para a Prefeitura de Sapezal no valor de R\$ 1.456.296,88 e a última transferência refere-se a pactuação do convênio com o CIDES-ARP no valor de R\$ 15.000.000,00.

4.4 Depreciação - O valor de R\$ 368.650,32, refere-se à apuração da depreciação dos bens móveis que são apropriadas através do método linear conforme IN SRF nº 79 de 01 de agosto de 2000 e o RIR/99.

4.5 Resultado operacional - O resultado operacional da MT- PAR no exercício de 2021 evidenciou-se em um prejuízo operacional de R\$ 26.486.080,33, esse valor apresenta-se diante do confronto da receita incorrida (subvenções econômicas) o repasse recebido por cotas do Governo do Estado do Mato Grosso subtraído com os dispêndios de caráter operacional da MT-PAR.

4.6 Resultado não operacional - O valor de (R\$ 29.059.698,23) é referente a diferença entre receitas não operacionais e deduções de receita e despesas não operacionais.

4.6.1 Receitas não operacionais - o valor de R\$ 266.611.600,46, refere-se a valores recebidos oriundos do FETHAB destinado a MT-PAR pela Lei 10.818/2019, existem valores registrados também relativo a juros sobre a aplicação financeira dos recursos do FETHAB.

4.6.1.1 Recursos Recebidos - Lei 10.818/2019 - FETHAB - valor de R\$ 254.929.724,73 refere-se aos recursos advindos do FETHAB, conforme Lei 10.818/2019, que destina 10% (dez por cento), para realização de projetos e investimentos que tenham a participação da MT-PAR.

4.6.1.2 Juros sobre aplicação financeira FETHAB - Lei 10.818/2019 - valor de R\$ 31.681.879,73 relativo ao rendimento gerado sobre a aplicação dos recursos do FETHAB.

4.6.2 Deduções de Receitas não Operacionais - valor R\$ 257.656.269,55 apresenta saldo relativo aos valores resultantes em fonte de IRPJ do FETHAB, apropriação de valores a obrigação de desenvolvimento de Projetos e Investimentos da receita vinculada oriunda do FETHAB.

4.6.2.1 IRPJ Retido sobre Receitas não operacionais - valor R\$ 7.161,4853 refere-se à retenção de IRPJ na fonte relativo à aplicação dos recursos do Fethab aplicados em fundo de investimentos.

4.6.2.2 (-) Projetos e Investimentos a realizar - valor R\$ 250.494.780,02, conta redutora de receita vinculada relativo à obrigação da MT-PAR em executar Projetos e Investimentos com Recursos do FETHAB.

O resultado apurado na DRE de 2022 apresenta um Prejuízo de R\$ 104.363,32 e Receitas incorridas no exercício apresentam valor maior que a Despesa realizada, o Resultado foi apurado considerando a soma dos Recursos Financeiros recebidos, repassados pelo Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, subtraído os dispêndios realizados durante o exercício.

Nota 5 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)
A DMPL apresentada pela MT-PAR, tem por objetivo evidenciar as variações ocorridas nas contas que compõem o patrimônio líquido da entidade.

5.1 Patrimônio Líquido - valor de R\$ 46.058.817,82 houve um aumento do Patrimônio Líquido do MT-PAR em R\$ 4.895.636,68 comparado ao exercício anterior.

5.1.1 Prejuízo Líquido do Exercício - valor de R\$ - 104.363,32 apresentou um prejuízo líquido do exercício do ano de 2022 foi apurado após o confronto entre as receitas e despesas executadas pela MT-PAR no ano de 2022.

5.1.2 Adiantamento para futuro aumento de capital - valor de R\$ 5.000.000,00 referente a adiantamento do futuro aumento de capital autorizado em Lei Ordinária nº 11.978 de 21 de dezembro de 2022.

Nota 6 - Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)
6.0 DFC é parte integrante das demonstrações contábeis apresentadas pela MT-PAR e tem por objetivo prestar informações das alterações históricas de caixas e equivalentes de caixa da entidade por meio das demonstrações de fluxo de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, o demonstrativo supracitado foi elaborado pelo método indireto.

6.1 Prejuízo Líquido - valor de R\$ -104.363,32, do Prejuízo operacional da MT PAR.

6.2 Fluxo de Atividades Operacionais - valor de R\$ 251.263.310,15, houve geração de caixa de fluxo operacional da MT-PAR, o valor é encontrado confrontando os aumentos e reduções do Ativo e Passivo evidenciado no Balanço Patrimonial.

6.3 Fluxo de Atividades de Investimentos - valor de R\$ -18.597.427,00 houve um consumo de caixa no fluxo das atividades de investimento da MT-PAR.

6.4 Fluxo de Atividades de Financiamento - No exercício de 2022 não houve movimentação de fluxo de caixa nas atividades de financiamento da MT-PAR.

6.5 Aumento/Diminuição nas disponibilidades - valor de R\$ 237.930.170,16, houve um aumento de disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa no exercício de 2022. É o que se tem a demonstrar.

Cuiabá/MT, 01 de fevereiro de 2023.

Wener Klesley dos Santos
Diretor Presidente - CPF: 953.137.881-91

Max Vinicius Machado dos Santos
Reg. no CRC - MT sob o No. MT-019806/O-5 - CPF: 055.943.031-03

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
Cuiabá - MT, 14 de fevereiro de 2023.
PARECER DO CONSELHO FISCAL 2023

Os Abaixo assinados do Conselho Fiscal da empresa MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S/A - MT PAR, em reunião extraordinária realizada no dia 14 de fevereiro de 2023 às 08:30 (oito horas e trinta minutos), no cumprimento dos dispostos legais e estatutários, declara ter examinado o relatório da Diretoria Executiva e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e concluiu que as referidas demonstrações contábeis refletem a posição patrimonial e financeira da companhia, manifestando-se favoravelmente pela sua aprovação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às 10:00 hrs (dez horas).

Mauron Lazzaretti
Presidente do Conselho Fiscal.

Rodrigo Ribeiro Verão
Membro do Conselho Fiscal.

MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S/A - MT PAR

MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S/A - MT PAR

Anildo Cesário Correa
Membro do Conselho Fiscal.

Marcelo de Oliveira e Silva
Membro do Conselho Fiscal.

MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S/A - MT PAR

MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S/A - MT PAR

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE TANGARÁ DA SERRA 3ª VARA CÍVEL DE TANGARÁ DA SERRA EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 30 DIAS EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM./JUIZ(A) DE DIREITO ANDERSON GOMES JUNQUEIRA PROCESSO N. 0001504-92.2020.8.11.0055 VALOR DA CAUSA: R\$ 31.187,34 ESPECIE: [ALIEIENACÃO FIDUCIÁRIA]-BUSCA E APREENSÃO EM ALIEIENACÃO FIDUCIÁRIA (81) POLO ATIVO: NOME: BV FINANCIARA SA CREDITO FIDUCIÁRIO E INVESTIMENTO POLO PASSIVO: NOME: SIDINEIS FIRMINO FERREIRA, FINALIDADE: EFETUAR A CITAÇÃO DO POLO PASSIVO, acima identificado, atualmente em lugar incerto e não sabido, para nos prazos indicados, requerer o PAGAMENTO DO DÉBITO e/ou CONTESTAR A AÇÃO, conforme despacho, petição inicial e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento. RESUMO DA INICIAL: O autor concedeu ao requerido um financiamento no valor de R\$ 31.667,41, para ser restituído por meio de 48 prestações mensais, no valor de R\$ 968,00, com vencimento final em 02/04/2023, mediante contrato de financiamento para aquisição de bens, garantido por alienação fiduciária, celebrado em 02/04/2019. Em garantia das obrigações assumidas, o requerido transferiu em alienação fiduciária, o bem descrito no supra mencionado contrato a saber: Marca Hyundai, modelo HB20 com/por plus 1.0 12V 4P (AG) completo, chassi 9BHBG51CADP057041, ano de fabricação/modelo 2013/2013, cor preta, placa OBK4243, renavam 527952643. Ocorre, porém, que o requerido tomou-se inadimplente, deixando de efetuar o pagamento das prestações a partir de 02/08/2019, incorrendo em mora desde então, nos termos do artigo 2º e § 2º, do Decreto-Lei 911/69, com as alterações da Lei 13.043/2014. Assim, o débito vencido do requerido, devidamente atualizado até 14/janeiro/2020 pelo encargos contratados, importam em R\$ 2.714,37, sendo que o valor total para fins de purgação da mora em R\$ 31.187,34. DECISÃO: "Vistos, analisando detidamente os autos, verifico que não houve tentativa de citação da parte requerida no endereço informado na certidão de id 79354976 (Avenida Cuiabá, nº 265, Módulo 5, Juína/MT). Assim, determino que seja realizada tentativa de citação da parte requerida no referido endereço. Na hipótese de restar frustrada a citação, desde já defiro a citação do requerido por edital, pelo prazo de 30 dias, haja vista que já terão se esgotado todas as tentativas de citação pessoal, advertindo-o que caso seja revel, ser-lhe-á nomeado curador especial, sendo que já nomeio a Defensoria Pública para tanto. Tendo em vista que, pelo momento, não existem os sites eletrônicos mencionados no art. 257, II, do Código do Processo Civil, determino a publicação do edital de citação em jornal local de ampla circulação, com fundamento no parágrafo único do mesmo dispositivo legal. As providências, Tangará da Serra MT, 25/10/2022. Anderson Gomes Junqueira. Juiz de Direito." E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expedi-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, MARLENE DIAS SOARES DA SILVA, digiteli. TANGARÁ DA SERRA, 25 de janeiro de 2023. (Assinado Digitalmente) Técnica Judiciária.

MATADOR DE SINOP

Preso por matar sete, assassino diz que queria "poupar vidas"

Edgar de Oliveira anunciou que se entregaria após seu comparsa acabar morto por policiais do Bope

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed

Igor Guilherme e Tarley Carvalho

Preso nesta manhã de quinta-feira, 23 de fevereiro, por tirar a vida de sete pessoas, Edgar Ricardo de Oliveira afirmou que queria "poupar vidas". A fala foi feita informalmente à Polícia e a repórteres, quando questionado o motivo por assassinar, entre as vítimas, uma criança de apenas 12 anos. O crime foi cometido na última terça-feira (21) em um bar de Sinop (480 km de Cuiabá) e chocou o Mato Grosso e todo o país.

A declaração informal foi repassada à imprensa pelo delegado da divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa de Sinop, Bráulio Junqueira. Ele também adiantou que o assassino já confessou o crime.

"Ele vai responder por homicídio qualificado, são sete homicídios. Informalmente ele já confessou, não tem como ele negar", declarou o delegado.

Junqueira também explicou que Edgar foi detido já fora do flagrante, mas permanecerá preso por determinação da Justiça. A Polícia já tinha entrado com pedido de prisão preventiva contra o criminoso. Inicialmente, a prisão tem período de 30 dias, podendo esse prazo ser ou não prorrogado.

O assassino deverá permanecer no Presídio Ferrugem, em Sinop. Até o fechamento desta matéria, não havia informação oficial se Edgar ficará separado dos outros detentos ou em convívio direto com eles. A decisão cabe ao Sistema Penitenciário.

Edgar anunciou que se entregaria à Polícia na tarde de quarta-feira (22), quando seu comparsa foi localizado por policiais do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) e acabou morto após entrar em conflito com os agentes. Ezequias Souza Ribe-



Montagem | Reprodução
Todo o crime foi registrado por uma câmera de monitoramento do local e chocou o país. Edgar foi preso nesta quinta-feira

ro chegou a ser socorrido, mas morreu no hospital.

O aviso de sua rendição foi feito pelo advogado Marcos Vinicius e foi condicionada à presença da imprensa, para garantir a integridade física. À imprensa, ele declarou que seu cliente está arrependido pelo que fez e adiantou que o caso tem os requisitos para ser julgado por um Tribunal do Júri, quando cidadãos comuns decidem o destino do réu.

"Ele será ouvido, em seguida a autoridade policial abrirá inquérito, terá todo o trâmite de investigação. Posteriormente, irá ao Ministério Público, ocorrerá a denúncia e, certamente, é um caso típico de Tribunal do Júri. Ou seja, serão pessoas da própria sociedade que vão, no final das contas, julgar esse caso", disse.

TERÇA-FEIRA SANGRENTA - O terrível crime que chocou o estado teve como palco um bar localizado em Sinop. Informações preliminares apontam que os dois assassinos perderam uma aposta de jogo de sinuca e não aceitaram as brincadeiras feitas pelas vítimas.

Todo o crime foi registrado por uma câmera de monitoramento do local e chocou o país. A chacina chegou a repercutir em jornais de outros países.

As imagens mostram que Ezequias foi o responsável por render as vítimas e as conduzir todas para o mesmo lugar, contra a parede. Ele estava armado com uma pistola.

Enquanto isso, Edgar foi até a caminhonete, onde pegou uma escopeta calibre 12, esta usada para tirar a vida de suas vítimas. Aproveitando que as pessoas estavam próximas, ao lado uma das outras, Edgar começou a atirar.

Em meio ao caos, algumas pessoas tentaram fugir. Larissa Frazão de Almeida, de 12 anos, foi uma dessas. Ela chegou a correr para salvar sua vida, mas foi assassinada no meio da rua. Dentro do bar, seu pai, Getúlio Rodrigues Frazão Júnior, de 36 anos, também perdeu a vida. Os dois estavam com Raquel Gomes de Almeida, mãe de Larissa e esposa de Getúlio. Ela sobreviveu ao ataque.

A família chegou há pouco tempo do Maranhão, em busca de uma vida melhor.

Getúlio já vivia na região há três e recebia a visita da esposa e da filha. Desta vez, após se estabilizar, a família decidiu se reunir.

Depois do crime, Edgar e Ezequias fugiram em uma caminhonete. O carro foi localizado horas depois, abandonado, com a escopeta, munição e uma garrafa de bebida.

O esforço para capturar os suspeitos mobilizou, além das forças de segurança de Sinop, o Batalhão de Operações Especiais (BOPE) e o Ciopaer.

Ezequias, responsável por render as vítimas, já possuía passagens por porte ilegal de arma de fogo, roubo, formação de quadrilha, lesão corporal e ameaça. Ele também tinha um mandado de prisão em aberto.

Já Edgar possuía o certificado de Caçador, Atirador e Colecionador (CAC) e exibiu nas suas redes sociais a prática do tiro. Edgar também possuía uma passagem criminal por violência doméstica.

AS VÍTIMAS

Adriano Balbinote - 46 anos;
Elizeu Santos da Silva - 47 anos;
Getúlio Rodrigues Frazão Júnior - 36 anos;
Josué Ramos Tenório - 48 anos;
Larissa Frazão de Almeida - 12 anos;
Maciel Bruno de Andrade Costa - 35 anos;
Orisberto Pereira Sousa - 38 anos.

RENDA SOLIDÁRIA III

Catadores do aterro sanitário receberão auxílio financeiro

Bruno Vicente | Pref. de Cuiabá

O prefeito Emanuel Pinheiro sancionou a Lei nº 6.912/2023, que garante a implantação do programa de transferência de renda "Renda Solidária III - Cuidando da Gente". A legislação foi publicada na Gazeta Municipal do dia 15 de fevereiro, após ser aprovada pela Câmara Municipal com 23 votos favoráveis.

O projeto é de autoria da gestão Emanuel Pinheiro e beneficiará até 320 catadores de materiais recicláveis, que ainda atuam no antigo aterro sanitário de Cuiabá. Por meio do

programa, os trabalhadores receberão do Município o valor referente a um salário mínimo, pelo período de 24 meses.

Conforme explica o chefe do Executivo, a implantação do Renda Solidária III ocorre por conta do processo de desativação do aterro sanitário, que foi iniciado pela Empresa Cuiabana de Zeladoria e Serviços Urbanos. Segundo Emanuel, a medida necessária resulta em impacto direto na renda dessas pessoas.

"Já estamos trabalhando na atualização do cadastro desses trabalhadores, para que o mais breve possível possamos iniciar o pagamento mensal por meio de

cartão magnético ou transferência bancária. Sabemos da necessidade de urgência de implantação, por isso não estamos poupando esforços", comenta o prefeito Emanuel Pinheiro.

De acordo com o projeto da Prefeitura de Cuiabá, serão beneficiados os trabalhadores que comprovarem o exercício da atividade no aterro por pelo menos dois anos. Além disso, é preciso que o catador de recicláveis seja maior de 18 anos de idade, exceto nos casos de mães adolescentes de, no mínimo, 16 anos.

A permanência dos trabalhadores no programa também é condicionada ao cumprimento, de forma im-

preterível, de outras medidas, como: estar cadastrado em um dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e manter atualizado o Cadastro Único (CadÚnico), para participação em programas do Governo Federal.

Somado a isso, ao menos um integrante da composição familiar do beneficiário deve participar dos cursos de qualificação profissional da Prefeitura de Cuiabá. Em caso de menor de idade, ele deve ser inserido em outras ações, por exemplo: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Programa Simini-na, Programa Criança Feliz, dentre outras.

POLÍCIA

SEM SUSPEITOS

Garimpeiro é encontrado morto com marcas de tiros

Da Redação

O corpo de Edson Hupp, mais conhecido como Edinho, foi encontrado com diversas marcas de tiros em uma estrada vicinal em Vila Bela da Santíssima Trindade, a cerca de 500 km de Cuiabá, no início da noite dessa quarta-feira (22). Ele estava desaparecido desde a última quinta-feira (16), quando saiu de casa informando que voltaria apenas no sábado (18).

Segundo informações da Polícia Militar, a esposa de Edson estranhou o fato dele não entrar em contato após

chegar ao destino, pois era uma rotina do garimpeiro avisar quando chegava. Preocupada, a esposa decidiu procurar a polícia.

O corpo foi encontrado em estado avançado de decomposição e levado para o Instituto Médico Legal (IML) para ser periciado.

A Polícia Civil está investigando o caso. Até o momento, não há informações sobre o autor ou autores do crime e nem sobre a motivação do assassinato.

O garimpeiro era conhecido na região e a notícia da sua morte chocou os moradores da cidade.

EM BUSCA DE MILHÕES

Homens fingem ser policiais e reviram sítio de ex-secretário

Da Redação

Um sítio de propriedade do ex-secretário de Saúde de Cuiabá, Célio Rodrigues, foi invadido por homens que se passaram por policiais no último dia 16 de fevereiro.

Um boletim de ocorrências foi registrado pelo caseiro do local que relatou que vários homens que se identificaram como policiais civis e militares e questionaram se havia armas ou drogas no local.

Ele ainda relatou que homens ficaram no sítio por mais de duas horas e não deixaram ligar para seus patrões. Os suspeitos vasculharam a casa e danificaram o telhado, mas não encontraram nada ilícito.

Eles levaram um HD externo, onde ficam registradas as gravações das câmeras de segurança.

O caseiro contou que os homens saíram do local em cinco veículos.

Logo após o fato, a esposa do ex-secretário apresentou uma denúncia à Polícia Judiciária Civil relatando o caso, dizendo que o caseiro sofreu pressão psicológica dos homens que questionam quem frequentava a casa e se havia dinheiro no local.

Célio Rodrigues foi preso no último dia 9 durante a deflagração da operação Hypnos que investiga possível desvio de mais de R\$ 1 milhão dos cofres públicos no processo de compra do medicamento Midazolam.

SMARTDOG

Operação investiga supostas falhas em chipagem de pets

Da redação

A Polícia Civil de Mato Grosso deflagrou na manhã desta quinta-feira (23), em Cuiabá, a operação Smartdog para cumprir 10 mandados de busca e apreensão em uma investigação que apura irregularidades em um contrato da Secretaria Municipal de Saúde para a chipagem de cães e gatos.

A Delegacia Especializada de Combate à Corrupção (Deccor) apura o procedimento de inexigibilidade de licitação e o contrato celebrado entre o órgão da saúde municipal e a empresa Petimune, com valor estimado em mais de R\$ 32 milhões.

Além dos mandados de busca e apreensão, as equipes policiais também notificaram o poder público municipal para cumprimento de ordens judiciais de vedações de contratação, execução e pagamento, além da restrição à atuação de agentes públicos.

São alvos da operação servidores e ex-servidores da secretaria municipal e a empresa.

A operação conta com suporte da Diretoria de Atividades Especiais da Polícia Civil e apoio operacional da Gerência de Combate ao Crime Organizado, Delegacia de Crimes Fazendários, Delegacia de Meio Ambiente, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão aos Crimes Informáticos e Polinter.

As investigações seguem em andamento.

OUTRO LADO - Em nota, a Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá apontou que viu com estranheza a realização de uma

ação policial em desfavor de um contrato cancelado antes de execução ou pagamento.

"O contrato no valor de R\$ 5 milhões para chipagem de animais (cães e gatos) não foi empenhado, não foi executado, portanto, não foi pago e ainda foi cancelado em janeiro de 2023".

VEJA NOTA NA ÍNTEGRA - Quanto a ação da Polícia Civil, que realiza na manhã desta quinta-feira (23), em Cuiabá, a ação Smartdog, a Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, esclarece:

- O contrato no valor de R\$ 5 milhões para chipagem de animais (cães e gatos) não foi empenhado, não foi executado, portanto, não foi pago e ainda foi cancelado em janeiro de 2023;

- Justamente por zelar pelo erário, pela transparência e após o cancelamento, o contrato foi encaminhado para análise da Controladoria Geral do Município;

- Hipoteca seu respeito às instituições de segurança, mas reforça a estranheza a realização de uma ação policial em desfavor de um contrato cancelado antes de execução ou pagamento;

- Lamenta que a medida tenha sido adotada, justamente, na data de hoje (23), em que o Tribunal de Justiça de Mato Grosso irá deliberar quanto a gestão de autonomia da SMS;

- Mesmo assim, reitera que tem plena confiança na avaliação, discernimento e espírito de justiça dos desembargadores que irão participar da sessão que será realizada na tarde de hoje.

O IPVA 2023 MUDOU O CALENDÁRIO



GANHE DESCONTO COM A NOTA MT



Vencimento em 31 de maio
para todos os veículos



Até 22 de maio
pagamento à vista
com 15 % de desconto



Informações sobre
o parcelamento
confira no site:
SEFAZ.MT.GOV.BR



Quem pede CPF na nota
consegue ainda mais
descontos.



Confira as
condições
no site
da SEFAZ
e escolha
como pagar



Governo de
Mato
Grosso